



CÓD: OP-069JN-24
7908403550548

POLÍCIA FEDERAL

Escrivão de Polícia Federal

***A APOSTILA PREPARATÓRIA É ELABORADA
ANTES DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL OFICIAL COM BASE NO EDITAL
ANTERIOR, PARA QUE O ALUNO ANTECIPE SEUS ESTUDOS.***

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	9
3. Domínio da ortografia oficial	10
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	11
5. Emprego de tempos e modos verbais. Emprego das classes de palavras.....	12
6. Domínio da estrutura morfossintática do período	18
7. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	21
8. Emprego dos sinais de pontuação	24
9. Concordância verbal e nominal	28
10. Regência verbal e nominal.....	30
11. Emprego do sinal indicativo de crase.....	31
12. Colocação dos pronomes átonos	31
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto	32
14. Significação das palavras.....	37
15. Substituição de palavras ou de trechos de texto	38
16. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	38
17. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	38
18. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero	38

Noções de Direito Administrativo

1. Noções de organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	71
2. Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies	75
3. Agentes públicos: Legislação pertinente; Lei nº 8.112/1990 e suas alterações; Disposições constitucionais aplicáveis; Disposições doutrinárias; Conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública	86
4. Poderes administrativos: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder	122
5. Licitação: Princípios; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; Modalidades; Tipos; Procedimento.....	129
6. Controle da Administração Pública: Controle exercido pela Administração Pública; Controle judicial; Controle legislativo.....	181
7. Responsabilidade civil do Estado: Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado	187
8. Regime jurídico-administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da Administração Pública	194

Noções de Direito Constitucional

1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.....	207
2. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo.....	217
3. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.....	229
4. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; meio ambiente; família, criança, adolescente, idoso, índio.....	232

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal

1. Princípios básicos.....	249
2. Aplicação da lei penal: A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.....	254
3. O fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilícitude e causas de exclusão. Excesso punível.....	258
4. Crimes contra a pessoa.....	269
5. Crimes contra o patrimônio.....	285
6. Crimes contra a fé pública.....	295
7. Crimes contra a Administração Pública.....	299
8. Inquérito policial: Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado; conclusão.....	310
9. Prova: Preservação de local de crime. Requisitos e ônus da prova. Nulidade da prova. Documentos de prova. Reconhecimento de pessoas e coisas. Acreação. Índícios. Busca e apreensão.....	319
10. Restrição de liberdade. Prisão em flagrante.....	329

Estatística

1. Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose).....	341
2. Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de probabilidades. Função de probabilidade. Função densidade de probabilidade. Esperança e momentos. Distribuições especiais. Distribuições condicionais e independência. Transformação de variáveis. Leis dos grandes números. Teorema central do limite. Amostras aleatórias. Distribuições amostrais.....	353
3. Inferência estatística. Estimativa pontual: métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. Estimativa intervalar: intervalos de confiança, intervalos de credibilidade. Testes de hipóteses: hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado.....	389
4. Análise de regressão linear. Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. Modelos de regressão linear. Inferência sobre os parâmetros do modelo. Análise de variância. Análise de resíduos.....	391
5. Técnicas de amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral.....	394

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas	397
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	397
3. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis De Morgan	403
4. Princípios de contagem e probabilidade	413
5. Operações com conjuntos	416
6. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	419

Informática

1. Conceito de internet e intranet. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação	421
2. CORREIO ELETRÔNICO	428
3. GRUPOS DE DISCUSSÃO	430
4. de busca, de pesquisa	432
5. Redes sociais	433
6. Noções de sistema operacional (ambiente Linux e Windows).....	435
7. Acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo e multimídia.....	446
8. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice)	447
9. Redes de computadores.....	456
10. Conceitos de proteção e segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.). Sistemas de informação. Fases e etapas de sistema de informação.....	456
11. Computação na nuvem (cloud computing)	457
12. Fundamentos da Teoria Geral de Sistemas	459
13. Sistemas de informação. Fases e etapas de sistema de informação	461
14. Teoria da informação. Conceitos de informação, dados, representação de dados, de conhecimentos, segurança e inteligência	467
15. Banco de dados. Base de dados, documentação e prototipação. Modelagem conceitual: abstração, modelo entidade-relacionamento, análise funcional e administração de dados. Dados estruturados e não estruturados. Banco de dados relacionais: conceitos básicos e características. Chaves e relacionamentos. Noções de mineração de dados: conceitualização e características. Noções de aprendizado de máquina. Noções de bigdata: conceito, premissas e aplicação.....	468
16. Redes de comunicação. introdução a redes (computação/telecomunicações). Camada física, de enlace de dados e subcamada de acesso ao meio. Noções básicas de transmissão de dados: tipos de enlace, códigos, modos e meios de transmissão	477
17. Redes de computadores: locais, metropolitanas e de longa distância.....	484
18. Terminologia e aplicações, topologias, modelos de arquitetura (OSI/ISO e TCP/IP) e protocolos. Interconexão de redes, nível de transporte	484
19. Noções de programação python e R	486
20. API (application programming interface)	487
21. Metadados de arquivos.....	488

Contabilidade Geral

1. Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade	495
2. Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica	495
3. Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos	496
4. Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos	498
5. Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas	499
6. Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa	500
7. Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/ cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens.	505
8. Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração	507
9. Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição	508
10. Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição	510
11. Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, legislação complementar e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).	511
12. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016	581

Conteúdo Digital: Legislação Especial

1. Lei nº 7.102/1983 e suas alterações	3
2. Lei nº 10.357/2001	5
3. Lei nº 13.445/2017	7
4. Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	32
5. Lei nº 13.868/2019 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	45
6. Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	45
7. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	46
8. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	83
9. Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	89
10. Lei nº 10.446/2002 e suas alterações	96

Arquivologia

1. Arquivística: Princípios e conceitos	101
2. Políticas públicas de arquivo, legislação arquivística; Normas nacionais e internacionais de arquivo	102
3. Sistemas e redes de arquivo	106
4. Diagnóstico da situação arquivística e realidade arquivística brasileira	112
5. Protocolo: Recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos	113
6. Funções arquivísticas: Criação de documentos; Aquisição de documentos; Classificação de documentos; Avaliação de documentos; Difusão de documentos; Descrição de documentos; Preservação de documentos	114
7. Análise tipológica dos documentos de arquivo	115

ÍNDICE

8. Políticas de acesso aos documentos de arquivo	115
9. Sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: Documentos digitais; Requisitos; Metadados	116
10. Microfilmagem de documentos de arquivo.....	116

Conteúdo Digital

- Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

- (a) Da utilização de um ativo na produção e venda de serviços;
ou
(b) Da troca direta de um ativo por caixa ou por outros recursos.

Controlado pela Entidade no Presente

5.11 A entidade deve ter o controle do recurso. O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar terceiros na sua utilização) de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, dentre outros.

5.12 Para se avaliar se uma entidade controla um recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- (a) Propriedade legal;
- (b) Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso ao mesmo;
- (c) Meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos; e
- (d) A existência de um direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos de um recurso.

Embora esses indicadores não sejam determinantes conclusivos acerca da existência do controle, sua identificação e análise podem subsidiar esta decisão

Evento Passado

5.13 A definição de um ativo exige que um recurso controlado por uma entidade no presente tenha surgido de uma transação ou outro evento passado. Podem existir diversas transações passadas ou outros eventos que resultem no ganho do controle de um recurso pela entidade e, por conseguinte, o caracterize como ativo. As entidades podem obter ativos por intermédio da sua compra em uma transação com contraprestação ou pelo seu desenvolvimento. Os ativos também podem surgir de transações sem contraprestação, inclusive por meio do exercício dos direitos soberanos. O poder de tributar ou emitir licenças, acessar, restringir ou negar acesso aos benefícios oriundos de recursos intangíveis, tais como o espectro eletromagnético, são exemplos dos poderes específicos do setor público e dos direitos que podem dar origem a ativos. Ao se avaliar o surgimento do direito de controle de recursos, os seguintes eventos devem ser considerados: (a) a capacidade geral para exercer um poder; (b) a constituição de um poder por meio de uma lei, estatuto ou instrumento congênere; (c) o exercício do poder de criar um direito; e (d) o evento que dá origem ao direito de receber recursos de terceiros. Um ativo surge quando um poder for exercido e os direitos de receber recursos existirem.

Passivo

Definição

5.14 Um passivo é:

Uma obrigação presente, derivada de um evento passado, cuja extinção resulte em uma saída de recursos da entidade.

Obrigação Presente

5.15 As entidades do setor público podem ter uma série de obrigações. Uma obrigação presente é uma obrigação que ocorre por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada)

ou uma obrigação que não ocorre por força de lei (obrigação não legalmente vinculada), as quais não possam ser evitadas pela entidade.

Saída de Recursos da Entidade

5.16 Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. Uma obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.

5.16A Os termos “liquidado” ou “liquidação”, quando utilizados em relação a passivos, para os fins desta Estrutura Conceitual, não se confundem com os termos correspondentes utilizados na execução orçamentária conforme legislação brasileira sobre orçamento.

Evento Passado

5.17 Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que uma obrigação presente surja como resultado de uma transação ou de outro evento passado e necessite de uma saída de recursos da entidade para ser extinta. A complexidade inerente ao setor público faz com que eventos diversos referentes ao desenvolvimento, implantação e execução de um determinado programa ou atividade possa gerar obrigações. Para fins de elaboração e divulgação da informação contábil, é necessário determinar se tais compromissos e obrigações, inclusive aqueles que não possam ser evitados pela entidade mas que não ocorrem por força de lei (obrigações não legalmente vinculadas), são obrigações presentes e satisfazem a definição de passivo. Quando uma transação tem uma forma jurídica e é vinculada, tal como um contrato, o evento passado pode ser identificado de forma inequívoca. Em outros casos, pode ser mais difícil identificar o evento passado e é necessário fazer uma avaliação de quando a entidade tem pouca ou nenhuma alternativa realista de evitar a saída de recursos. Ao fazer tal avaliação, fatores jurisdicionais são levados em consideração pela entidade.

Obrigações Legalmente Vinculadas e Não Legalmente Vinculadas

5.18 As obrigações vinculadas podem ser obrigações legais (ou legalmente vinculadas) ou não. As obrigações vinculadas podem originar-se tanto de transações com contraprestação quanto de transações sem contraprestação. Uma obrigação deve ocorrer em relação a terceiros para se originar um passivo. A obrigação deve estar relacionada a um terceiro para poder gerar um passivo. Uma entidade não pode obrigar-se a si mesma, mesmo quando tenha divulgado publicamente uma intenção de se comportar de um determinado modo. A identificação de terceiros é uma indicação da existência de uma obrigação que dá origem a um passivo. Entretanto, não é essencial saber a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo para que uma obrigação presente exista.

5.19 Muitas transações que dão origem a uma obrigação preveem prazos de liquidação. A existência de um prazo de liquidação pode fornecer uma indicação de que a obrigação envolve uma saída de recursos e origina um passivo. Entretanto, existem muitos contratos ou acordos que não contêm prazos para a liquidação. A ausência de uma data de liquidação não impede que uma obrigação origine um passivo.

7.26 Em princípio, os valores de mercado fornecem informação útil porque refletem de maneira adequada o valor do ativo para a entidade. Em um mercado aberto, ativo e organizado (ver parágrafo 7.28), o ativo não pode valer menos do que o valor de mercado, uma vez que a entidade pode obter este montante pela venda, e o ativo também não pode valer mais do que o valor de mercado, uma vez que a entidade pode obter potencial de serviços equivalente ou capacidade de gerar benefícios econômicos pela compra do mesmo ativo.

7.27 A utilidade dos valores de mercado é mais questionável quando não se observa a premissa de que os mercados são abertos, ativos e organizados. Em tais circunstâncias, não se pode presumir que o ativo pode ser vendido pelo mesmo preço pelo qual ele pode ser adquirido e é necessário determinar se um preço de saída ou um preço de entrada é a medida mais útil. Os valores de mercado baseados em valores de saída são úteis para ativos que são mantidos para comercialização, tais como certos instrumentos financeiros, mas poderá não ser útil para ativos operacionais especializados. Além disso, enquanto a compra de um ativo fornece evidência de que o valor do ativo para a entidade é, pelo menos, tão grande quanto o seu preço de compra, os fatores operacionais poderão significar que o valor para a entidade pode ser maior. Deste modo, os valores de mercado poderão não refletir o valor do ativo para a entidade, representado pela sua capacidade operacional.

Valores de mercado em um mercado aberto, ativo e organizado

7.28 Os mercados abertos, ativos e organizados têm as seguintes características:

- (a) Não existem barreiras que impeçam a entidade de realizar transações no mercado;
- (b) Eles são ativos e, assim, há frequência e volume suficientes de transações para fornecer informação sobre o preço; e
- (c) Eles são organizados, com compradores e vendedores bem informados agindo sem impulsos, de modo a haver garantia de “imparcialidade” na determinação dos preços correntes — inclusive que os preços não representem vendas precipitadas.

Um mercado organizado é aquele que funciona de maneira confiável, segura, precisa e eficiente. Tais mercados lidam com ativos que são idênticos e, portanto, mutuamente intercambiáveis, tais como commodities, moedas e títulos onde os preços são públicos. Na prática, poucos mercados, se houver, exibem plenamente todas essas características, mas alguns poderão se aproximar de um mercado organizado tal como descrito.

Valores de mercado onde os mercados não podem ser considerados abertos, ativos e organizados

7.29 Os mercados de ativos que sejam únicos e raramente comercializados não são abertos, ativos e organizados, ou seja, quaisquer compras e vendas são negociadas individualmente e pode haver uma grande amplitude de preços nos quais uma transação pode ser acordada. Portanto, os participantes incorrerão em custos significativos para comprar ou vender um ativo. Em tais circunstâncias, é necessário utilizar uma estimativa do preço de venda, à data de mensuração e conforme as condições presentes de mercado.

Custos dos serviços

7.30 A receita da prestação de serviços evidenciada nas demonstrações contábeis é mensurada com base nos preços do exercício financeiro. Caso os ativos utilizados para prestar os serviços sejam mensurados pelo valor de mercado, a alocação do custo dos ativos para refletir o seu consumo no período se baseia neste valor de mercado.

7.31 A utilização de valores do mercado permite que o retorno sobre os ativos seja determinado. Contudo, as entidades do setor público normalmente não realizam atividades com o objetivo principal de gerar lucros, e os serviços, com frequência, são prestados por meio de transações sem contraprestação ou em condições subsidiadas. Consequentemente, pode haver pouca relevância nas informações de resultados decorrentes de saídas baseadas em preços de mercado.

7.32 Conforme observado no parágrafo 7.30, a receita da prestação de serviços evidenciada nas demonstrações contábeis é mensurada com base nos preços correntes no exercício financeiro. Assim, o superávit ou o déficit de um período inclui movimentações de preço que acontecem durante o período no qual os ativos e passivos são mantidos e nenhum lucro ou perda é evidenciado na venda de um ativo. Quando um ativo é comercializado num mercado aberto, ativo e organizado, a existência do mercado fornece a segurança que a entidade deveria ser capaz de realizar o valor de mercado (e nada além disso) à data do relatório. Portanto, é desnecessário adiar o reconhecimento das mudanças no valor até que um superávit seja realizado na venda. Contudo, quando os ativos utilizados para prestar serviços não são comercializados em mercados abertos, ativos e organizados (ou em mercados assemelhados), a relevância da receita e da despesa relacionadas às mudanças no valor de mercado é mais questionável.

Capacidade operacional

7.33 A informação sobre o valor de mercado dos ativos mantidos para prestar serviços futuros é útil se refletir o valor que a entidade é capaz de obter deles ao utilizá-los na prestação de serviços. Entretanto, se um valor de mercado baseado em valores de saída for significativamente menor do que o custo histórico, o valor de mercado é provavelmente menos relevante do que o custo histórico para fornecer informação sobre a capacidade operacional. Além disso, esse valor de mercado também é provavelmente menos relevante do que as medidas correntes baseadas em valores de entrada.

Capacidade financeira

7.34 Uma avaliação da capacidade financeira requer a informação sobre o montante que deveria ser recebido na venda de um ativo. Essa informação é fornecida pelo valor de mercado.

Aplicação das Características Qualitativas

7.35 Os valores determinados em mercados abertos, ativos e organizados podem ser prontamente utilizados para os fins de elaboração e divulgação da informação contábil. Nestes casos, a informação irá satisfazer as características qualitativas — isto é, é relevante, fidedignamente representada, compreensível, comparável e verificável. Em tais condições de mercado, os valores de entrada e de saída podem ser assumidos como sendo os mesmos ou muito semelhantes. Pelo fato de ser em tempo hábil, tal informação, provavelmente, também é oportuna.

em montantes diferentes porque o custo de reposição é uma medida específica que reflete as oportunidades de substituição que estão disponíveis para a entidade. As oportunidades de substituição podem ser as mesmas ou semelhantes para diferentes entidades do setor público. Quando são diferentes, a vantagem econômica de uma entidade que é capaz de adquirir um ativo de forma mais barata é evidenciada nas demonstrações contábeis por meio de valores mais baixos dos ativos e um custo de serviços menor, de modo a ser uma representação fidedigna.

Preço Líquido de Venda

7.49 O preço líquido de venda é:

O montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os custos da venda.

7.50 O preço de venda líquido é diferente do valor de mercado, uma vez que não exige um mercado aberto, ativo e organizado ou a estimativa de um preço em tal mercado e que inclua os custos de venda da entidade. O preço líquido de venda reflete, portanto, as restrições na venda e é específico a uma entidade.

7.51 A utilidade potencial de mensurar ativos no preço líquido de venda é que um ativo não pode valer menos para a entidade do que o montante que ela poderia obter na venda do ativo. Entretanto, não é apropriado como uma base de mensuração se a entidade for capaz de utilizar os seus recursos de maneira mais eficiente ao empregar o ativo de outra maneira, por exemplo, ao utilizá-lo na prestação de serviços.

7.52 O preço líquido de venda é útil, portanto, quando o emprego mais eficiente para a entidade, sob o ponto de vista dos recursos, for vender o ativo. Este é o caso quando o ativo não puder fornecer potencial de serviços ou gerar benefícios econômicos ao menos tão valiosos quanto seu preço líquido de venda. O preço líquido de venda poderá fornecer informação útil quando uma entidade estiver obrigada contratualmente a vender um ativo abaixo do valor de mercado. Pode haver casos em que o preço líquido de venda pode indicar uma oportunidade de desenvolvimento.

Custo dos Serviços

7.53 Não é apropriado quantificar o custo da prestação de serviços no preço líquido de venda. Tal abordagem envolveria a utilização de um valor de saída como base da despesa evidenciada.

Capacidade Operacional

7.54 O registro de ativos mantidos para utilização na prestação de serviços ao preço líquido de venda não fornece informação útil para a avaliação da capacidade operacional. O preço líquido de venda demonstra o montante que poderia ser obtido na venda de um ativo ao invés do valor do potencial de serviços que poderia ser obtido daquele ativo.

Capacidade Financeira

7.55 Conforme observado anteriormente, a avaliação da capacidade financeira exige informação sobre o montante que seria recebido na venda de um ativo. Tal informação é fornecida pela utilização do preço líquido de venda. Entretanto, tal mensuração não é relevante para ativos que podem gerar potencial de serviços mais significativos ao se continuar utilizando-os para prestar serviços.

Aplicação das Características Qualitativas

7.56 Conforme indicado no parágrafo 7.52, o preço líquido de venda fornece informação relevante somente quando o emprego mais eficiente para a entidade, sob o ponto de vista dos recursos, for vender o ativo. As avaliações do preço líquido de venda podem ser feitas por meio de referência aos mercados ativos onde eles existirem. Para os ativos mais importantes, pode ser possível obter, com um bom custo-benefício, avaliações de profissionais. O preço líquido de venda geralmente fornece informação compreensível.

7.57 Na maioria dos casos em que o preço líquido de venda é relevante, ele cumpre as características qualitativas da representação fidedigna, da verificabilidade e da tempestividade.

Valor em Uso

7.58 Valor em uso é:

O valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes do ativo, caso o mesmo continue a ser utilizado, e do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.

Adequabilidade do valor em uso

7.59 O valor em uso é um valor específico a uma entidade que reflete o montante que pode ser obtido de um ativo através da sua operação e de sua alienação ao final da sua vida útil. Como observado no parágrafo 7.42, o valor que derivado de um ativo é, muitas vezes, maior do que seu custo de reposição — normalmente é, também, maior do que o seu custo histórico. Quando for este o caso, evidenciar um ativo pelo seu valor em uso é de utilidade limitada uma vez que, por definição, a entidade é capaz de garantir o potencial de serviços equivalente pelo custo de reposição.

7.60 O valor em uso também não é uma base de mensuração apropriada quando for menor que o preço líquido de venda, já que nesse caso o uso mais eficiente do ativo é vendê-lo ao invés de continuar a utilizá-lo.

7.61 Portanto, o valor em uso é apropriado quando é menor do que o custo de reposição e maior do que o seu preço líquido de venda. Isto ocorre quando não vale a pena substituir um ativo, mas o valor do seu potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos for maior do que o seu preço líquido de venda. Em tais circunstâncias, o valor em uso representa o valor do ativo para a entidade.

7.62 O valor em uso é uma base de mensuração apropriada para a avaliação de determinados ajustes de redução ao valor recuperável porque é utilizado na determinação do montante recuperável para um ativo ou grupo de ativos.

Custo dos serviços, Capacidade Operacional e Capacidade Financeira

7.63 Dada a sua complexidade potencial, a sua aplicabilidade limitada e o fato de que a sua operacionalização no contexto do setor público para ativos não geradores de caixa envolve, subsidiariamente, a utilização do custo de reposição, em regra o valor em uso é inapropriado para determinar o custo dos serviços. A sua utilidade para avaliações da capacidade operacional é limitada e provavelmente só dever ser significativa em circunstâncias atípicas quando as entidades têm um número grande de ativos que não valham a pena substituir, mas o seu valor em uso é maior do que o seu preço líquido de venda. Este poderá ser o caso, por exemplo, da descontinuidade da prestação de um serviço no futuro, em que os recursos advindos da venda imediata sejam menores do

(a) Quando a entidade puder ser dispensada de uma obrigação num montante menor do que o custo de seu cumprimento, então o custo desta dispensa é uma mensuração mais relevante do ônus de um passivo, do mesmo modo que, para um ativo, o preço líquido de venda é mais relevante quando for maior do que o valor em uso; e

(b) No caso dos passivos assumidos por uma determinada quantia, o preço presumido (ver parágrafos 7.87 a 7.91) é mais relevante quando for maior que o custo da liquidação e o custo da liberação.

Valor de Mercado

7.80 O valor de mercado para passivos é:

O montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas, em uma transação sob condições normais.

7.81 As vantagens e desvantagens do valor de mercado para os passivos são as mesmas que para os ativos. Tal base de mensuração pode ser adequada, por exemplo, quando o passivo for atribuível a mudanças numa determinada taxa, preço ou índice cotado em um mercado aberto, ativo e organizado. Entretanto, quando a capacidade para transferir um passivo for restrita e os termos nos quais a transferência puder ser feita não estiverem claros, os casos nos quais os valores de mercado são aplicáveis, mesmo que existam, serão significativamente mais frágeis. Este é particularmente o caso dos passivos originados das obrigações nas transações sem contraprestação, dado ser improvável que exista um mercado aberto, ativo e organizado para tais passivos.

Custo de Liberação

7.82 O “custo de liberação” é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito de “preço líquido de venda” utilizado no contexto dos ativos. O custo de liberação se refere ao montante que corresponde a uma saída imediata de uma obrigação. O custo de liberação é o montante que o credor aceitará na liquidação da sua reivindicação, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor. Quando há mais de um modo de garantir a liberação do passivo, o custo de liberação é aquele que representa o menor montante — isso é consistente com a abordagem para os ativos, onde, por exemplo, o preço líquido de venda não refletiria o montante que deveria ser recebido na venda a um sucateiro, caso um preço maior pudesse ser obtido na venda para um comprador que utilizaria o ativo.

7.83 Para alguns passivos, especialmente no setor público, a transferência de um passivo é praticamente impossível e, assim, o custo de liberação corresponde ao montante que o credor aceitará para a liquidação da sua reivindicação. Esse montante será conhecido se estiver especificado no acordo com o credor — por exemplo, quando um contrato inclui uma cláusula específica de cancelamento.

7.84 Em alguns casos, pode haver evidência do preço no qual um passivo poderá ser transferido — por exemplo, no caso do passivo de algumas obrigações por pensões. Transferir um passivo pode ser diferente de celebrar um acordo com uma parte que cumprirá a obrigação da entidade ou arcará com todos os custos decorrentes de um passivo. Para um passivo ser transferido é necessário que todos os direitos do credor em relação à entidade sejam extintos. Caso esse não seja o efeito do acordo, o passivo da entidade permanecerá com ela.

7.85 Ao se avaliar se o custo de liberação é adequado para mensurar passivos, é necessário considerar se a maneira prevista é uma opção que na prática está aberta para entidade, estando ciente de quaisquer consequências da obtenção da liberação, tais como dano à reputação da entidade.

7.86 Assim como o preço líquido de venda é relevante somente quando a alternativa mais eficiente do recurso para a entidade for vender o ativo, o custo de liberação é relevante somente quando a alternativa mais eficiente for buscar a liberação imediata de uma obrigação. Em especial, quando o custo do cumprimento da obrigação for menor do que o custo de liberação, o primeiro fornece informação mais relevante do que o segundo, mesmo se for viável negociar uma liberação da obrigação conforme os métodos de transferência de passivos previstos no parágrafo 7.84.

Preço presumido

7.87 O “preço presumido” é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos. Do mesmo modo que o custo de reposição representa o montante que uma entidade pagaria racionalmente para adquirir um ativo, o preço presumido representa o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção de um passivo existente. As transações com contraprestação realizadas em condições normais fornecem evidência do preço presumido — esse não é o caso das transações sem contraprestação.

7.88 No contexto de uma atividade que é realizada visando lucro, uma entidade assumirá um passivo somente se o montante pago para assumi-lo for maior do que o custo de cumprimento da obrigação ou que o custo de liberação — isto é, o montante da liquidação. Uma vez que o preço presumido tiver sido recepcionado pela entidade, a entidade tem uma obrigação com o seu credor.

7.89 Na época que se incorre num passivo pela primeira vez em uma transação com contraprestação, o preço presumido representa o montante que foi aceito pela entidade para assumir o passivo — é, portanto, razoável, considerar que o preço presumido é o preço que a entidade racionalmente aceitaria para assumir um passivo semelhante. Seria cobrado um valor maior caso algumas pressões concorrenciais permitissem fazê-lo, mas não necessariamente um menor. Assim como o custo de reposição é um valor atual, conceitualmente o preço presumido também é. Existem, contudo, problemas práticos ao se refletir mudanças nos preços das obrigações que são informadas no preço presumido.

7.90 Uma consequência de se informar as obrigações do exercício com base no preço presumido é que nenhum superávit é informado à época na qual a obrigação é aceita. Um superávit ou déficit é evidenciado nas demonstrações contábeis no período em que ocorre o cumprimento da obrigação (ou liberação), já que corresponde à diferença entre a receita originada e o custo de liquidação do passivo.

7.91 Uma entidade pode ter uma obrigação potencial que seja maior do que o preço presumido. Caso a entidade tenha que buscar a liberação de um contrato, a outra parte no contrato poderá ser capaz de reivindicar compensação por perdas, bem como o retorno de quaisquer montantes pagos. Contudo, dado que a entidade pode liquidar a obrigação, ela pode evitar tais obrigações adicionais e seria uma representação fidedigna evidenciar a obrigação por um valor inferior ao preço presumido - esta é uma situação análoga à situação de um ativo que gera benefícios superiores ao custo de

(c) Uma entidade aderiu à legislação vigente e outros regulamentos que regem a captação e a utilização de recursos públicos.

8.13 As demonstrações contábeis não evidenciam de modo abrangente o desempenho dos serviços de uma entidade. Contudo, a informação nas demonstrações contábeis pode fornecer informação relevante aos aspectos financeiros do desempenho dos serviços tais como informação sobre:

- (a) Receita, despesa e fluxos de caixa relativos aos serviços; e
- (b) Os ativos e os passivos que informam as avaliações dos usuários de, por exemplo, uma capacidade operacional de uma entidade ou os riscos financeiros que podem impactar no fornecimento do serviço.

8.14 Outros relatórios nos RCPG apresentam informação adicional às demonstrações contábeis. Tal informação poderia, por exemplo, incluir:

- (a) Informação sobre a sustentabilidade das finanças públicas de uma entidade;
- (b) Discussão e análise das demonstrações contábeis; ou
- (c) Informação sobre o desempenho dos serviços.

Informação Selecionada para Exposição ou Evidenciação

8.15 A informação é selecionada para exposição ou para evidenciação nos RCPG. A informação selecionada para exposição comunica mensagens-chave em um RCPG, enquanto a informação selecionada para evidenciação torna a informação exposta mais útil ou fornece detalhes que auxiliam os usuários a entenderem a informação exposta. A evidenciação não substitui a exposição.

8.16 A repetição da informação em um RCPG geralmente precisa ser evitada. Contudo, a mesma informação pode ser tanto exposta como evidenciada. Por exemplo, um montante exposto nas demonstrações contábeis pode ser repetido nas notas explicativas, quando tais notas fornecem um detalhamento do total exposto. Do mesmo modo, a mesma informação poderá ser apresentada em RCPG diferentes para tratar diferentes propósitos.

Informação selecionada para exposição.

8.17 Todos os RCPG contêm mensagens-chave que são comunicadas, uma vez que todos eles contêm informação exposta. A informação exposta observa um nível conciso e compreensível de modo que os usuários possam focar nas mensagens-chave apresentadas e não serem distraídos por algum detalhe que, de outra maneira, poderia obscurecer essas mensagens. A informação exposta é proeminentemente apresentada utilizando-se técnicas de apresentação apropriadas tais como classificações, margens, quadros e gráficos.

8.18 Os itens expostos nas demonstrações contábeis fornecem informação sobre questões tais como a situação financeira, o resultado financeiro e os fluxos de caixa da entidade que reporta a informação.

8.19 A avaliação se um parágrafo satisfaz os critérios de reconhecimento é um dos principais mecanismos para se determinar se a informação deve ser exposta no balanço patrimonial ou da demonstração das variações patrimoniais e/ou divulgada nas notas explicativas ou em outro lugar nos RCPG. Em outros casos, por exemplo, uma demonstração dos fluxos de caixa apoia também o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

8.20 O desenvolvimento de requisitos para a exposição das rubricas dos relatórios e os respectivos totais envolve equilibrar a padronização da informa exposta (a qual facilita a compreensibilidade) com a informação que é elaborada para os fatores específicos a uma entidade. O objetivo tanto dos requisitos da exposição padronizada como da informação específica a uma entidade é assegurar que a informação necessária para satisfazer os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil está disponível para todas as entidades, ao permitir que a informação seja exposta de uma maneira que reflita a natureza e as operações de entidades específicas.

Informação selecionada para evidenciação.

8.21 A informação evidenciada deve incluir:

- (a) A base para a informação exposta, tais como políticas e metodologias aplicáveis;
- (b) Detalhamentos da informação exposta; e
- (c) Itens que compartilham alguns, mas nem todos os aspectos da informação exposta — por exemplo, evidenciações de itens que satisfazem alguns, mas nem todas as características da definição de um elemento ou evidenciações sobre itens que satisfazem a definição de um elemento, mas não os critérios de reconhecimento. O Capítulo 5 (Elementos das Demonstrações Contábeis) explica quais os outros recursos e outras obrigações que não satisfazem a definição de elementos e que podem ser reconhecidos para contribuir com os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

8.22 O nível de detalhe fornecido pela informação exposta contribui para a realização dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, desde que não seja excessivo. A informação evidenciada, assim como a informação exposta, é necessária para a realização dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

8.23 A informação evidenciada nas notas explicativas às demonstrações contábeis:

- (a) É necessária para a compreensão dos usuários das demonstrações contábeis;
- (b) Fornece informação que apresenta as demonstrações contábeis no contexto da entidade e o seu ambiente operacional; e
- (c) Geralmente tem uma relação clara e demonstrável à informação exposta na(s) demonstração(ões) contábil(is) as quais ela pertence.

8.24 A informação evidenciada nas notas explicativas pode incluir também:

- (a) Os fatores relacionados à entidade que podem influenciar as opiniões sobre a informação evidenciada (por exemplo, informação sobre as partes relacionadas e entidades ou interesses controlados em outra(s) entidade(s));
- (b) A base para o que é exposto (por exemplo, a informação sobre as políticas contábeis e critérios de mensuração, inclusive os métodos e as incertezas quanto à mensuração quando aplicáveis);
- (c) Os detalhamentos dos montantes expostos nas demonstrações (por exemplo, uma divisão do imobilizado em classes diferentes);
- (d) Os itens que não satisfazem a definição de um elemento ou os critérios de reconhecimento, mas são importantes para a devida compreensão das finanças e da capacidade de prestar serviços da entidade — por exemplo, a informação sobre os eventos e as condições que podem afetar fluxos de caixa ou potencial de

QUESTÕES

1.(CEBRASPE (CESPE) - Analista de Previdência Complementar (FUNPRESP-EXE)/Contábil/2022)

Considerando as convenções contábeis, julgue o item subseqüente.

Determinado processo escolhido entre vários que poderiam atender a um mesmo princípio geral poderá ser mudado a qualquer tempo e quantas vezes forem necessárias, caso deixe de representar a melhor opção, mesmo dentro de um exercício financeiro.

- () CERTO
() ERRADO

2.(CEBRASPE (CESPE) - Técnico da Defensoria Pública (DPE RO)/Técnico em Contabilidade/2022)

Com relação a conceitos, objetivos e finalidade da contabilidade, julgue os próximos itens.

I. O principal objetivo da contabilidade inclui fornecer informação útil ao usuário, para a tomada de decisão.

II. Não é finalidade da contabilidade controlar o patrimônio da instituição, pois isso cabe aos sistemas de inventário.

III. A contabilidade tem a responsabilidade de criar o sistema gerencial para apuração de custos.

IV. A principal função da contabilidade é apurar os tributos federais, estaduais e municipais.

Assinale a opção correta.

- (A) Nenhum item está certo.
(B) Apenas o item I está certo.
(C) Apenas os itens II e III estão certos.
(D) Apenas os itens II e IV estão certos.
(E) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

3.(CEBRASPE (CESPE) - Técnico (FUB)/Contabilidade/2022)

Com relação ao uso de planos de contas, julgue o item seguinte.

O plano de contas em um sistema de contabilidade deve ter, no mínimo, quatro tipos de contas: sintéticas, analíticas, mistas e de compensação.

- () CERTO
() ERRADO

4.(CEBRASPE (CESPE) - Técnico (FUB)/Contabilidade/2022)

Com relação ao uso de planos de contas, julgue o item seguinte.

O plano de contas de uma entidade é instrumento essencial para o trabalho na área contábil, visto que é instrumento flexível, podendo ser acrescentadas, excluídas e modificadas as contas utilizadas.

- () CERTO
() ERRADO

5.(CEBRASPE (CESPE) - Técnico da Defensoria Pública (DPE RO)/Técnico em Contabilidade/2022)

Ocorre melhora no patrimônio líquido da empresa quando há

- (A) venda de imobilizado pelo valor contábil.
(B) reversão da provisão de contingência por decisão judicial favorável.

(C) ganho de capital em função da valorização das ações próprias negociadas em bolsa de valores.

(D) recebimento de vendas a prazo.

(E) pagamento de fornecedores de acordo com o prazo contratual.

6.(CEBRASPE (CESPE) - Técnico da Defensoria Pública (DPE RO)/Técnico em Contabilidade/2022)

Com relação aos atos e fatos administrativos, assinale a opção correta.

(A) A compra de estoque é um fato misto, pois aumenta o estoque no ativo e o fornecedor no passivo.

(B) A compra de imobilizado mediante financiamento bancário é considerada um fato permutativo do ativo.

(C) O aporte de capital dos sócios é um fato modificativo da estrutura de capital.

(D) O passivo aumenta quando dívidas são contraídas no sistema financeiro, o que é considerado um fato permutativo.

(E) O recebimento de clientes é um fato modificativo do ativo, pois aumenta o caixa na totalidade da venda.

7.(CEBRASPE (CESPE) - Técnico (FUB)/Contabilidade/2022)

Em relação a contas e sua natureza e escrituração de fatos administrativos, julgue o item subsecutivo.

O funcionamento das contas de despesas leva à realização dos registros de despesas quando houver um desembolso de recursos financeiros.

- () CERTO
() ERRADO

8.(CEBRASPE (CESPE) - Técnico (FUB)/Contabilidade/2022)

Julgue o seguinte item, a respeito da contabilização de operações contábeis diversas.

No regime de competência, a folha de pagamento dos funcionários relativa ao mês de dezembro/X0 é considerada despesa de dezembro/X0 e o pagamento é efetuado nos primeiros dias de dezembro/X0.

- () CERTO
() ERRADO

9.(CEBRASPE (CESPE) - Especialista em Gestão de Telecomunicações (TELEBRAS)/Auditoria/2022)

Considerando os componentes do ativo, do passivo e do patrimônio líquido, julgue o item seguinte.

O capital subscrito pode ser menor que o capital autorizado pelo estatuto social de uma empresa.

- () CERTO
() ERRADO

10.(CEBRASPE (CESPE) - Auditor-Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ RS)/2019)

Na fiscalização de uma sociedade anônima comercial, após o seu primeiro ano de funcionamento, verificou-se que a empresa possuía

- capital subscrito no valor de R\$ 2.000;
- capital realizado no valor de R\$ 1.700;
- capital de terceiros no valor de R\$ 600;
- prejuízo acumulado no valor de R\$ 300.

